

ALIANÇAS INTERGERACIONAIS NO COMBATE ÀS CENSURAS CISHETEROPATRIARCAIS

Késia dos Anjos Rocha¹
Érika Cecília Soares Oliveira²

Resumo

No presente escrito, as obras de literatura infantil *Julián é uma sereia* e *Julián no casamento* da autora Jessica Love são mobilizadas como tecnologias político-artístico e metodológicas que nos ajudam a imaginar mundos, infâncias e práticas educativas que apontem no sentido da inventividade, da liberdade e da alteridade. As categorias infância e velhice, por meio das personagens criadas pela autora, nos guiam no desenho das argumentações que apontam para a criação de rotas que desestabilizem essas estruturas normativas. Problematizamos, ao longo do texto, os movimentos recentes de censuras a livros infantis e infantojuvenis no contexto nacional e internacional, buscando compreender como acontecem esses movimentos, quais as influências e quais os principais argumentos utilizados por grupos que empreendem essas ações censórias para justificá-las. Em um segundo momento, nossos esforços se direcionam para a defesa de processos educativos que não visem a manutenção da norma e sim o fomento à liberdade de escolhas e a garantia do acesso a informações entendidos como um direito. As discussões empreendidas nos permitem concluir que há um apagamento dos corpos e das perspectivas de meninas, meninos e meninos no que diz respeito às suas experimentações, brincadeiras e acesso às informações. Proteger as infâncias é a grande preocupação de agentes educacionais e os silêncios e vigilâncias inscrevem-se nos fazeres e pensares cotidianos das instituições educativas.

Palavras-chave: Infâncias; Velhices; Literatura Infantojuvenil; Censuras; Jéssica Love.

¹Pós-doutoranda no ProPEd UERJ, Bolsita FAPERJ (Edital/2023. Pós-doutorado Nota 10). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestra em Educação pela UNESP/Marília/SP. Graduada em História pela UNESP/Assis/SP. Esse trabalho faz parte de um estudo mais amplo de pós-doutorado da primeira autora que recebe financiamento da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI E-26/200.118/2024. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1707-6007>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1436867416280888>. E-mail: kesiaanhos@gmail.com

² Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestrado em Educação para a Ciência (UNESP) e Doutorado em Psicologia (UNESP). Atualmente é professora Adjunta no Departamento de Fundamentos Pedagógicos (FEUFF) trabalhando com temas como feminismos, políticas de escrita, gênero e psicologia da educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4877-0971>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0137977569349136>. E-mail: erikaoliveira@id.uff.br

INTERGENERATIONAL ALLIANCES IN COMBATING THE CISHETEROPATRIARCHAL CENSORSHIPS

Abstract

In this writing, the children's literature works *Julian is a mermaid* and *Julian at the wedding* by Jessica Love are mobilized as political-artistic and methodological technologies that help us to imagine worlds, childhoods and educational practices that point in the direction of inventiveness, freedom and alterity. The categories childhood and old age, through the characters created by the authoress, guide us in the design of routes that destabilize those normative structures. Throughout the text, we problematize the recent movements to censor children's books in the national and international context, seeking to understand how these movements come about, what influences them and what are the main arguments used by groups that undertake these censorship actions to justify them. Secondly, our efforts are directed towards defending educational processes that are not aimed at maintaining the norm, but rather at encouraging freedom of choice and guaranteeing access to information, which is understood as a right. The discussions undertaken allow us to conclude that there is an erasure of the bodies and perspectives of girls and boys with regard to their experimentation, play and access to information. To protect the childhoods is the great preoccupation of the educational agents and the silences and the surveillances are present in the quotidian doings and thoughts.

Keywords: Childhoods; Old ages; Infant-juvenile literature; Censorships; Jéssica Love.

ALIANZAS INTERGENERACIONALES EN LA LUCHA CONTRA LA CENSURA CISHETEROPATRIARCAL

Resumen

En este artículo, las obras de literatura infantil *Julián es una sirena* y *Julián en la boda* de la autora Jessica Love se movilizan como tecnologías político-artísticas y metodológicas que nos ayudan a imaginar mundos, infancias y prácticas educativas que apuntan hacia la creatividad, la libertad y la alteridad. Las categorías de infancia y vejez, a través de los personajes creados por la autora, nos guían en la elaboración de argumentos que apuntan a la creación de caminos que desestabilizan esas estructuras normativas. A lo largo del texto, problematizamos los recientes movimientos de censura de libros infantiles en el contexto nacional e internacional, buscando entender cómo surgen estos movimientos, qué influye en ellos y cuáles son los principales argumentos utilizados por los grupos que emprenden estas acciones de censura para justificarlas. En segundo lugar, nuestros esfuerzos se dirigen a la defensa de

procesos educativos que no tengan como objetivo mantener la norma, sino fomentar la libertad de elección y garantizar el acceso a la información, entendida como un derecho. Los debates realizados nos permiten concluir que existe un borrado de los cuerpos y las perspectivas de niñas, niños y niñas en lo que respecta a su experimentación, juego y acceso a la información. La protección de la infancia es la principal preocupación de los agentes educativos y los silencios y la vigilancia forman parte de las acciones y reflexiones cotidianas de las instituciones educativas.

Palabras clave: Infancia; Vejez; Literatura infantil y juvenil; Censura; Jessica Love.

DE MÃOS DADAS COM JULIÁN

A educação para o gênero binário acontece todos os dias. Nas escolas, nas casas, nas ruas, na televisão, nos desenhos, nas histórias dos livros infantojuvenis. Nós todes³ passamos por ela em algum momento de nossas vidas. Os investimentos neoconservadores e coloniais que atuam no processo de apagamento dos corpos dissidentes e na busca por garantir a manutenção de um modelo cisheteropatriarcal e colonial de sociedade vêm se renovando e ganhando novos contornos ao longo dos últimos anos. É possível observarmos esses novos contornos não só frente a permanente dificuldade de abordarmos questões de gêneros e sexualidades em escolas e espaços educativos, mas também, nas disputas narrativas que ocupam as redes sociais; as câmaras municipais, estaduais e o Congresso Nacional; o campo das artes e nos embates envolvendo diversos segmentos religiosos da sociedade. Esses campos diversos têm se misturado e atuado juntos no sentido de impedir que o debate sobre gêneros e sexualidades faça parte das vivências curriculares cotidianas de crianças e jovens, sobretudo em espaços institucionais de educação.

Contar histórias têm sido uma de nossas principais ferramentas de pesquisa, docência, extensão, apostamos nesse enlace entre as artes e a

³ Adotamos uma linguagem não sexista na composição do presente artigo como forma de fomentarmos uma escrita mais inclusiva e por entendermos o caráter político da linguagem. Refletir sobre outros modos de linguagens também é uma forma de cuidado com u outre. Assim, a utilização de ‘vogais outras’, tais como “E”, “U” ou “I”, será empregada como forma de questionarmos os binarismos, sexismos e os privilégios de uma linguagem universal masculina e/ou binária.

educação como uma prática político-poética de transformação social e questionamento das normas e o fazemos porque reivindicar o direito de crianças e jovens de terem acesso às informações sobre gêneros e sexualidades, bem como o direito de educadores, artistas e outros sujeitos de produzirem e compartilharem conteúdos sobre esses temas, nos coloca em uma arena de disputas sociais e políticas difíceis.

Ao longo de nossa jornada reflexiva neste texto, esperamos que seja possível para quem nos lê compreender algumas das questões que consideramos centrais para o entendimento das disputas políticas e sociais que emergem quando aproximamos temas como gêneros e sexualidades do universo das infâncias. As discussões estarão articuladas em duas partes principais: primeiro abordamos os movimentos recentes de censuras a livros infantis e infantojuvenis no contexto nacional e internacional, buscando compreender como acontecem esses movimentos, quais as influências e quais os principais argumentos utilizados por grupos que empreendem essas ações censitórias para justificá-las. Em um segundo momento, nossos esforços estarão direcionados para a defesa de processos educativos que não visem a manutenção da norma e sim o fomento à liberdade de escolhas e a garantia do acesso a informações entendido como um direito. Se o currículo atua como produtor de identificações dentro de um roteiro binário, nosso desafio é conseguirmos praticar um currículo (ou currículos) que caminhe no sentido da multiplicação das identificações, de existências plurais (BRITZMAN, 2018). Desse modo, as reflexões desse segundo momento se entretecem com as pinceladas da artista estadunidense Jessica Love, autora dos livros *Julián é uma sereia* (2021) e *Julián no casamento* (2023). Na feitura de situações cotidianas como um passeio com a avó, o trânsito de trem pela cidade, a vivência numa festa de casamento, chegamos pertinho das personagens: Julián e sua avó, a Vózita; a amiguinha Marissol; as noivas; a cachorra Glória; as sereias. Nos inspiramos na ideia de um corpo-criança-curriculo vivo e, de mãos dadas com Julián, lançamos a ideia de que é possível visualizarmos uma cultura de proteção de infâncias plurais que se baseie no direito à comunicação, à liberdade de brincar, imaginar e de criar

outros mundos. O lugar da pessoa adulta, no caso específico das obras em questão, o modo como a velhice é abordada nas obras, também nos convida a pensar fora dos enquadres normativos.

EM NOME DE DEUS, EM NOME DAS CRIANÇAS

Figura 1 - Pichações feitas no prédio do Supremo Tribunal Federal - STF, em 8 de janeiro de 2023.



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 24 jan. 2023. Foto de Pedro Ladeira.

Marretas, pedaços de pau, extintores, água, urina, fogo. Em nome de Deus. Em nome das crianças. Quebrar e estilhaçar vidraças. Queimar. Molhar. Rasgar. Pisotear e depois urinar sobre obras de arte. A arte violada. A democracia convertida em inimiga. Um movimento direto, simbólico e violento que manda seu recado: ‘seguimos lutando pela manutenção do sistema da diferença sexual’ - pela hegemonia do *modelo de sujeito moderno-colonial*, branco, patriarca, cisgênero, heterossexual, capitalista e racista⁴. É possível dizer que, ao longo dos últimos anos, acompanhamos o fortalecimento de uma espécie de aliança entre um pensamento neoconservador e as novas tecnologias de vigilância e gestão da população, o que Preciado (2018) denomina de regime

⁴ Nesse trecho a linguagem inclusiva não foi empregada porque a ideia de “sujeito moderno-colonial” é pensada dentro das lógicas do regime binário da diferença sexual que nos divide entre masculino e feminino.

farmacopornográfico. A invenção de um conjunto de novas tecnologias de gestão da população produzidas durante a Segunda Guerra Mundial e que depois, a partir da década de 1950, farão parte de nossas vidas - invenções químicas, midiáticas, digitais, pílulas, que transformam a estrutura dos sujeitos vivos; a técnica farmacopornográfica mais importante, segundo o autor, seria a pílula anticoncepcional - uma técnica bioquímica que faz a separação entre heterossexualidade e reprodução (PRECIADO, 2018, 2021). No Brasil, o patriarcado colonial repaginado fortalece suas bases no terreno do regime farmacopornográfico utilizando-se das novas tecnologias digitais, mas ocupando também as ruas e o Congresso Nacional.

A imagem acima retrata o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília durante os ataques do 8 de janeiro de 2023 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023). Uma semana após a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, manifestantes apoiadores de Jair Bolsonaro advindos de várias partes do país, invadiram a Esplanada dos Ministérios e vandalizaram parte dos prédios e estruturas internas do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional. Armados com marretas, os manifestantes destruíram vidraças, móveis, computadores e obras de artes, os prejuízos foram contabilizados em cerca de vinte milhões de reais. No andamento das investigações, o STF aceitou a denúncia de mais de mil e duzentos acusados e as investigações seguem em curso, eles podem responder por crime contra o Estado Democrático de Direito (CAMAZANO, 2023).

‘Feliz é a nação cujo Deus é o senhor’, ‘A pior destruição é o comunismo’, ‘Deixem em paz nossas crianças’. Essas frases sintetizam parte dos movimentos de censura vivenciados por professores de educação básica e ensino superior, políticos, pesquisadores, escritores e artistas que, nos últimos anos, construíram suas pesquisas, práticas e criações em torno de questões que envolvem gênero, sexualidades, direitos sexuais e reprodutivos. Como exemplos desses casos podemos citar o ‘autoexílio’ da pesquisadora Débora Diniz e do político Jean Wyllys, as perseguições e falsas acusações de pedofilia direcionadas ao performer Wagner Schwartz, as censuras ao trabalho da atriz

Renata Carvalho, que 'ousou' encarnar uma Jesus travesti em cena, as diversas censuras a livros infantojuvenis, dentre outros. Esses casos são parte de um movimento mais amplo que está presente no Brasil e em outros países, movimento este que, seja pelo poder político ou pela pressão social, vêm aumentando sua representação na sociedade. Combater a chamada 'ideologia de gênero', as práticas comunistas, as feministas e proteger as crianças se consolidou como estandarte desses grupos.

A escrita deste artigo surge a partir dessas inquietações. Desde 2019, acompanhamos movimentos de censura aos livros voltados para os públicos infantil e juvenil. Em 2023, na abertura do Seminário Ibero-americano do livro infantil e juvenil, a escritora colombiana Irene Vasco, menciona as ondas de censuras aos livros infantis com a alegação de que se está protegendo as infâncias. Diz ela: "É como se o século XXI nos levasse para um passado carregado de silêncios" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n.p). Em análise do período dos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, Reimão, Nery e Maués (2022), procuram identificar as práticas que dificultaram a publicação e circulação de livros voltados para o público infantojuvenil. Os anos de governo Bolsonaro foram incitadores de discursos de ódio e intolerância, sobretudo voltado contra grupos minorizados (mulheres, população LGBTI+, indígenas e negres) e a vigília e controle passam a vigorar, tendo as escolas como palco dessa política.

De acordo com as autorias, é possível identificar o início de censuras a livros no ano de 2015, movidas por motivos como a utilização de palavras consideradas inadequadas pelos responsáveis e/ou referências a sexo, sexualidade e órgãos genitais. A partir de 2019 é possível ver um adensamento deste tipo de censura, desta vez, endossado por membros do próprio governo. Uma semana após a posse do então presidente, a Ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, postou um vídeo nas redes sociais no qual pregava contra um livro infantojuvenil intitulado *Manual Prático de Bruxaria em onze lições* de Malcolm Bird (REIMÃO, NERY, MAUÉS, 2022). Na análise deste vídeo originalmente produzido em 2016 e depois editado e

relançado em 2019, as autoridades informam que Damares se posicionava contra três tipos de livros: aqueles que traziam duendes, bruxas e diabos, os que mencionavam a cultura africana e também aqueles que, segundo a ministra, promoveriam confusões na identidade sexual de crianças e jovens bem como atentavam contra os valores da família. Nos anos de 2019 e 2020 ações censórias ocorrem em feiras, bienais do livro e também bibliotecas escolares, todas partindo de diferentes estados do país. Em 2019, por exemplo, ganhou repercussão ampla a tentativa do ex-prefeito Marcelo Crivella de retirar a HQ “Vingadores: a cruzada das crianças” da Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

O podcast Café da Manhã (FOLHA DE SÃO PAULO, 2024), do dia 02 de fevereiro deste ano, realizou uma entrevista com a pesquisadora Sandra Reimão da Universidade de São Paulo intitulada *Por que os livros ainda são censurados*. Já na abertura do episódio, as apresentadoras mencionam casos recentes de proibição de livros, como vem acontecendo nos Estados Unidos e em Santa Catarina. Neste último, nove livros foram retirados da rede pública de ensino pela Secretaria de Educação. Os temas variavam do terror, críticas a regimes autoritários (livro *Laranja Mecânica* de autoria de Anthony Burgess), relacionamento entre duas garotas (*A química entre nós* de autoria de Larry Young e Brian Alexander) e suicídio (*Os 13 porquês* de Jay Ascher). Reimão abre a entrevista informando que não existe censura a livros no Brasil desde a redemocratização e o que se vê atualmente são figuras de autoridade como diretoras, pais e mães de estudantes, secretárias de cultura que tentam proibir, de alguma forma, a circulação de livros, ainda que juridicamente não exista nada que ampare esses cerceamentos. Para ela, existe um lobby religioso em articulação com a direita que encabeça tais proibições. Importante salientar que aqueles que praticam atos censórios não irão admitir que os praticam. Em suas concepções, o que estão fazendo é proteger as infâncias e as juventudes.

A pesquisadora também vê articulações entre os movimentos de censura que acontecem nos Estados Unidos com o Brasil, uma vez que este tem se inspirado na extrema direita norte-americana. Não à toa, um dos livros que mais sofreu censura em 2021 naquele país é a *graphic novel* autobiográfica

Gênero Queer: Memórias de Maia Kobabe. O livro foi publicado no Brasil em 2023 pela editora Tinta-da-China Brasil. Em matéria publicada em 2022 pela escritora na revista brasileira *Quatro cinco um*, ela conta que após dois anos da publicação de seu livro, foi surpreendida em uma noite de 2021 com mensagens nas redes sociais que mostravam mães e pais do condado de Fairfax, na Virgínia, indignados com sua obra. Diz ela: “A história foi se desdobrando ao longo da semana seguinte. Fiquei sabendo que o norte da Virgínia havia se tornado o centro de um debate acalorado, com protestos contra e a favor dos direitos de estudantes transgênero, provocando gritaria, correntes de orações e até uma prisão durante reuniões de conselho” (KOBABE, 2022, n.p). Um mês depois do ocorrido, o livro já havia sido censurado em várias escolas americanas. E a autora conta que seu desejo em escrever aquela obra dizia respeito à falta de informação que ela acompanhou durante toda a adolescência, as dúvidas sobre sua identidade e ausência de livros que pudessem esclarecê-la. Evidentemente, a história narrada nas ilustrações traz um tema que tem sido extremamente atacado por pessoas conservadoras: o questionamento, a desnaturalização e a denúncia de que mulheres e homens são ficções políticas (PRECIADO, 2018).

Figura 2 - Quadrinho feito por Maia Kobabe para matéria na revista *Quatro cinco um*.



Fonte: KOBABE, Maia. *Jovens queer precisam de histórias queer*. Revista *Quatro Cinco Um*. 01 out. 2022.

Em 2022, mais de dois mil e quinhentos livros foram banidos de bibliotecas em vários estados que possuem suas próprias legislações. Nesse mesmo ano, vinte e três projetos foram apresentados com o objetivo de limitar

discussões sobre gêneros, sexualidades e temáticas LGBTI+ nas escolas e um deles, pertencente ao estado da Flórida, foi aprovado. A lei denominada ‘Lei dos Direitos dos pais na Educação’ ficou conhecida como ‘*Don’t say gay*’ (em tradução livre: não diga gay) e foi assinada pelo governador Ron DeSantis (Republicanos) em março de 2022. Em abril de 2023 o Conselho de Educação da Flórida aprovou a ampliação da abrangência para o ensino médio; dessa maneira, no estado da Flórida, questões ligadas à orientação sexual e gênero não podem ser abordadas nos espaços escolares sob pena de suspensão ou cancelamento de licenças profissionais dos docentes. As pessoas que defendem a lei alegam estarem atuando na defesa de crianças à exposição de conteúdos impróprios (O GLOBO, 2023, n.p).

No Brasil, diferente do período ditatorial, no qual legislações amparavam ações censitórias, a partir do governo Bolsonaro tais ações se pulverizaram e qualquer pessoa passa a atuar no controle daquilo que se pode ou não ler. Vale lembrar que antes disso, em 2015, acompanhamos o lançamento do livro *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão e os milhares de comentários postados em sua rede social - *Facebook* - com ameaças e acusações, uma vez que a obra trazia a história de amor entre duas mulheres (OLIVEIRA, ROCHA, 2016; OLIVEIRA, 2017). O direito à proteção da infância e a reivindicação do *homeschooling* era uma solução encontrada por internautas nos *posts* dirigidos a ela. Em entrevista realizada com a escritora ela comenta a respeito dos ataques que sofreu:

Eu fiz um financiamento coletivo pra poder contratar um ilustrador [...] aí começaram os ataques, o primeiro ataque foi racista, porque a princesa era uma mulher negra de *Black Power*, e depois os ataques homofóbicos, e coisas infundadas e bastante pesadas - ‘vou colocar fogo na escola da minha filha se esse livro aparecer na biblioteca’, coisas desse nível; também me acusaram de receber dinheiro do governo federal naquela ocasião, naquela época as *Fake News* já tinham chegado na internet, então como se eu fosse contratada por um projeto de dominação de mentes, coisas do mal... Enfim, teve muita coisa pesada e viralizou, eu não sabia lidar com isso [...]. Eu fiz a postagem em um dia e no outro dia já tinha virado uma

outra coisa, jornalistas, ataques, haters, isso assustou muito a minha família de origem (ROCHA, 2023, p. 163).

Ainda em diálogo com Sandra Reimão, a pesquisadora salienta que existem várias formas de censura de livros que não se reduzem apenas àquelas mais chamativas como a proibição de sua impressão ou, quando impresso, de sua circulação. A censura, de acordo com ela, pode se dar na hora da produção do livro, na hora da venda e também na hora da recepção e não necessariamente ela ganha repercussão nacional ou vai parar nas manchetes de jornais.

É importante ressaltar que a censura aos livros não aconteceu de modo isolado. Desde 2017 eventos como cancelamento de espetáculos artísticos, suspensão e adiamento de exposições e perseguição de artistas começam a chamar a atenção (SANGLARD, ORLANDINI, OLIVEIRA, 2024). A pergunta feita pelas autoras “Mas como pesquisar a censura, se ela nem sempre é algo explícito?” (SANGLARD, ORLANDINI, OLIVEIRA, 2024, p. 161) é de extrema importância e voltaremos nela mais tarde. Elas apontam o ano de 2017 como um marco nos processos de perseguição, censura e criminalização às artes no Brasil, estabelecendo uma tabela com 42 casos de censura no período de 2017 a 2020 voltados contra diferentes tipos de produção artística: performances, espetáculos teatrais, exposições, audiovisual/cinema, eventos musicais e literatura. O que se depreende da tarefa realizada pelas autoras é a constatação de que existia uma tendência à institucionalização da censura respaldada por agentes públicos e com forte apoio de grupos religiosos, atores/atrizes políticas/os e sociedade civil.

Tal onda conservadora tem sido caracterizada como um fenômeno global da segunda metade do século XXI, orquestrada em diferentes contextos. Em comum, muitos deles têm dado uma especial atenção às temáticas LGBTI+ como já mencionado anteriormente. Na Hungria, por exemplo, em 2021 um livro infantil escrito por Lawrence Schimel foi multado e censurado em uma rede de livrarias do condado de Peste. O livro traz duas histórias onde são narradas as

rotinas de crianças e seus pais e mães do mesmo sexo. A alegação era de que o livro não avisava que ali havia um conteúdo que desviava da norma.

As narrativas desses acontecimentos, contudo, não podem ser monolíticas. O cenário de perseguição e construção de pânico em relação às identidades fluidas e à população LGBTI+ acontece justamente na medida em que esses grupos tomam o espaço público e autories se expressam por meio da arte, sentindo necessidade de ensinar questionamentos às normatizações da vida. O que os leva a produzirem esses livros tem a ver com um compromisso com a abertura de espaços para que aqueles que os lerão não sofram as mesmas violências, exclusões e lacunas de informações que eles sofreram. Esse adensamento de escritories contando suas histórias para diferentes públicos tem produzido uma importante mudança de paradigma - uma revolução epistemológica, como tem afirmado Preciado (2023) - que permite o surgimento de palavras antes suprimidas do espaço público: estupro, incesto, violência policial, racismo institucional, pedofilia. Para o autor, os sujeitos que enunciam essas palavras, antes considerados seres sem linguagem, passam a existir: lésbicas, gays, trans, negres, vítimas de incestos, pessoas com deficiências etc. Existir como sujeito político que sente necessidade de narrar sua história é o que Maia Kobabe faz ao escrever e ilustrar sua *graphic novel*. Não se trata apenas de ganhar contornos próprios, existência, não é apenas em si mesma que ela está pensando quando produz essa obra. Seu projeto visa atingir uma coletividade, não deixando nas mãos das instituições normalizadoras a boa vontade para abordar assuntos que são vitais para muitas crianças e jovens.

Figura 3 - Quadrinho feito por Maia Kobabe para matéria na revista *Quatro cinco um*.



Fonte: KOBABE, Maia. *Jovens queer precisam de histórias queer*. Revista Quatro Cinco Um. 01 out. 2022.

PRÁTICAS DOCENTES DISSIDENTES

2023. Estamos desenvolvendo um projeto de extensão. O propósito dele é velho: fazer parcerias com escolas, debater gêneros e sexualidades com professorias por meio de livros infantojuvenis. Talvez se der tudo certo, levar esses livros para as crianças, por meio da contação dessas histórias. Já conhecemos os desdobramentos de projetos com essas temáticas. Nomeamos por ‘temáticas’ para encurtar caminhos, mas não acreditamos que sejam temas. O nome correto, que possui peso, para nós é: estruturas políticas, como ensina Sonia Alvarez (2022). Muda tudo, ao menos dentro de nós, quando damos o nome com seu devido peso, do qual não se pode mais desviar. Se são estruturas políticas, significa que estão em todos os lugares, mesmo que não vejamos, que não desejemos ver. A escola, por exemplo, se estrutura politicamente a partir de raça, sexo, sexualidades, gênero. A escola é mestra em manter essas estruturas políticas, tornando-as naturais, a-históricas.

Se dizemos aqui que conhecemos essa história é porque mexer, apontar, chacoalhar, esburacar estruturas políticas, no mais das vezes, produz resistências, pequenos passos para frente, muitos para trás. Ao ler livros que apontam para essas estruturas políticas, algumas professorias dizem *nossas crianças são mais avançadas do que nós, já sabem disso tudo. Ou não poderia contar histórias como essas, porque os pais, us responsáveis, as mães...* Ainda: *tenho medo porque posso parar num jornal, como manchete*. Concordamos com Preciado (2020, p. 196): “A escola é a primeira frente da guerra civil [...]”. Por isso, quando dizem que as crianças estão mais avançadas, que não há problema algum com elas, que o problema são us adultes, ouvimos incrédulas e não dizemos nada por respeitar a casa alheia. Com Preciado (2020, p. 196) continuamos: “A escola é uma fábrica de machinhos e de bichas, de gostosas e de gordas, de espertos e de retardados”. Não costumam ser essas as injúrias? A escola é uma fábrica de ‘virilidade nacional’” (PRECIADO, 2020, p.197). Vai discordar? Lugar de preservar a norma, adestrar o gênero. Instituição coletiva

de normalização (PRECIADO, 2023). Saímos dessa escola sem conseguir contar uma história sequer para as crianças. Saíram com a gente dessa escola, aí nenhuma novidade. Seria essa uma forma de censura? As escolas, enquanto instituições coletivas não domésticas, deveriam dar continuidade às crenças de mães, pais e responsáveis e também às crenças dos sujeitos sociais que ali estão? Deixar de lado livros que abordam gêneros e sexualidades, esquecê-los no fundo de uma gaveta, é uma roupagem de censura?

A homossexualidade, diz Preciado (2020) é um franco-atirador que coloca uma bala no coração das crianças que brincam. Ele tinha três anos quando sentiu o peso dessa bala ao ouvir seu pai se referir a duas garotas de mãos dadas que elas eram 'sapatonas nojentas'. Acontece, porém, que essa bala, acredita o filósofo, pode se alojar no peito de qualquer pessoa: mesmo as retrógradas, as reacionárias. Mas, no caso das crianças que carregam essa bala dentro de si, quando vão para suas camas à noite, elas têm medo de decepcionar seus pais. Sonham em serem levadas para algum lugar no estrangeiro onde possam viver felizes com essa bala.

Então, a pergunta que fazemos aqui é simples: para vocês, o que são as infâncias e qual o direito que as crianças têm de terem acesso às informações e, sobretudo, de se sentarem à mesa para negociar com pessoas adultas? As crianças, podem, de fato falar? Nas palavras de Andrea Moruzzi e Anete Abramowicz (2023), não há território mais disputado e controlado do que o corpo de uma criança. Eduardo Melo (2010) acredita que os efeitos de distinções fundadas na idade deveriam limitar no mínimo os direitos às liberdades das crianças. Nesse sentido, qualquer distinção legislativa que se baseia apenas na idade como único fator, deveria ser eliminada. Isso porque sob a alegação da lógica protetiva, é possível a fácil e enganosa colagem entre idade e imaturidade para impedir que crianças e jovens tenham acesso às informações a respeito de gêneros e sexualidades. Juntos, proteção e inocência, têm apartado crianças de terem acesso à alteridade e a possibilidade de não normatização de suas existências.

JULIÁN E VÓZITA: ALIANÇAS INTERGERACIONAIS

Nesta seção gostaríamos de trazer dois livros para refletirmos a respeito de duas categorias etárias - infância e velhice - em articulação com eixos de poder como gênero e raça. Tratam-se de livros da escritora e ilustradora Jéssica Love, nascida no Sul da Califórnia, Estados Unidos, em 1978, lançados pelo selo infantil Boitatá, da editora Boitempo: *Julián é uma sereia*, lançado em 2021 no Brasil e *Julián no casamento*, de 2023. A característica desses livros é trazerem textos enxutos e ilustrações coloridas ao contar a história de um menino negro - Julián - e sua avó, a Vózita. No primeiro livro, Julián está com a avó em um transporte público e, com um livro sobre os joelhos, observa três moças com vestidos de sereias conversando em pé. Ele se imagina livre de suas roupas mergulhando nas águas de um mar, indo ao encontro de peixes, arraiais, algas e várias espécies marinhas. Julián adora sereias e diz isso para Vózita. Quando chegam em casa, o menino declara para a avó que também deseja ser uma sereia. Ela, sempre em silêncio, o faz esperar porque precisa tomar um banho e, assim, ausenta-se da sala. Neste momento a imaginação da criança transborda e com elementos dispostos na sala de Vózita - cortina, samambaia - constrói sua própria roupa de sereia. Quando se depara com Julián, Vózita o avalia. Como dissemos em outro texto:

É justo neste momento que a avó aparece recém-saída do banho, o encara e se retira da sala. Este momento de suspensão da ação dela, cheio de silêncio no livro, é habitado por muitas interrogações por parte de quem lê/vê a história. Isso porque somos convidadas/os a colocar palavras na expressão da Vózita (aparentemente carrancuda) e em sua saída de cena (OLIVEIRA, ROCHA, 2023, p. 120).

Quando a avó retorna, oferece ao garoto um colar para compor sua fantasia e o leva para aquilo que parece uma grande manifestação ou festa de seres do mar - pessoas com roupas de sereia, de tritão, de peixe - que está acontecendo na cidade.

Julián no casamento (LOVE, 2023) aborda o encontro entre as avós e us netes, Julián e Marissol. A estória enfoca as brincadeiras das crianças no casamento de duas moças negras e a forma como a avó de Marissol acolhe e

respeita o fato de que a neta sujou-se toda ao rolar no chão com Gloria, a cadelinha das noivas.

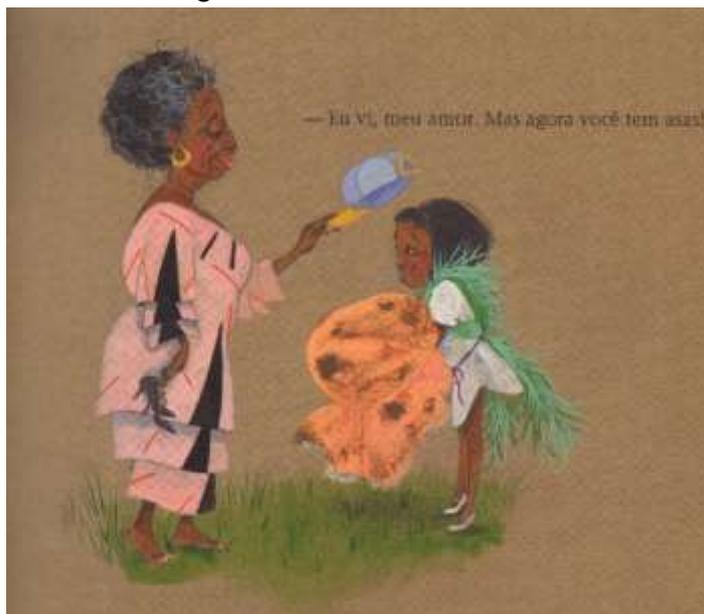
Em ambos os livros, as infâncias e velhices não são colocadas em oposição: madura/imatura, completa/incompleta, mas sim como espaços vivenciais nos quais as/es/os atrizes/atores envolvidos estão experimentando e fazendo escolhas mobilizadas por seus desejos e afetos. Escolher vestir-se como uma sereia, escolher trocar afagos com um animal não-humano e com isso sujar o vestido de casamento não traz como consequência o “afã de proteção” (YARZA, 2018) paternalista e adultocêntrico que culminaria em algum tipo de castigo, censura ou proibição por parte das adultas em prol do “bem” das netas. Afastar-se da festa e esparramar-se no chão com seu vestido também não traz para a menina reprimendas que a proibiriam futuramente de investigar o espaço tal como um menino, geralmente, tem a permissão para fazer. Por isso mesmo, precisamos sempre indagar: “quem está protegendo o quê, e quem” (BURMAN, 2022, p. 3).

Não à toa, lembram Yarza (2018) e Liebel (2019), essa conjunção que incorpora a racionalidade do domínio colonial paternalista (Burman, 2022) coincide com a invenção de uma infância eurocêntrica-imperial que, desde as invasões europeias, colocava crianças e povos colonizados, como intelectualmente inferiores, não desenvolvidos, naturais. Basta lembrar, como assinala Liebel (2019) que o conceito de infância é inventado em conjunto com a colonização do mundo fora da Europa, no final do século XV. Aqui vale a pena recorrer à ideia trazida por Burman (2022) de “criança idiota” como aquela, por seu próprio significado etimológico, que estaria apartada do vínculo social. Aqui idiota e ignorante são noções colocadas no mesmo patamar de “inocente” de modo a funcionar para que se proteja as convicções dos adultos e, ainda de acordo com Burman (2022, p. 4), “convicções que sabemos serem falsas”, mas que justificariam uma grande rapidez para que crianças sejam protegidas. Cabe dizer que, como diz Preciado (2023), o que ameaça a infância não é a homossexualidade, a identidade trans ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O que a ameaça é a igreja e a família heterossexual patriarcal. Diz ele:

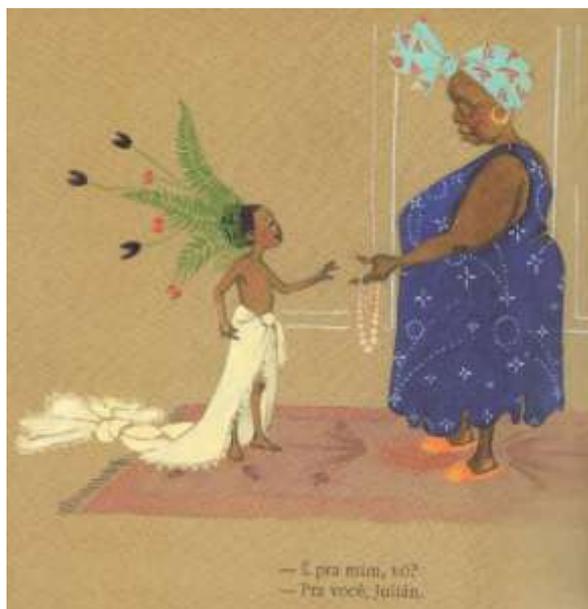
“Esses são os enclaves que produzem, até agora com toda impunidade, mais violência sexual” (PRECIADO, 2023, p. 483).

A infância pode ser compreendida como uma colônia: o não reconhecimento das crianças como sujeitos sociais, políticos e econômicos se aproxima do não reconhecimento desses aspectos nos povos explorados (YARZA, 2018). Neste sentido, Claudia Yarza (2018) questiona por que costuma ser tão escandaloso quando pensamos em crianças como sujeitos políticos. Erica Burman (2022) ao discorrer sobre o modo como modelos dominantes de infância reiteram eixos de opressão, destituindo as crianças do poder, irá propor uma aliança intergeracional para que possamos mudar o mundo juntas. Abaixo, colocamos duas imagens que demonstram essa aliança intergeracional, na qual o furor de proteção que impede que as crianças sintam, desejem, pensem, é substituído pela troca, diálogo, compartilhamento e reconhecimento da alteridade.

Figura 4 - Julián no casamento



Fonte: LOVE, Jessica. Julián no casamento. São Paulo: Boitatá, 2023.

Figura 5 - Julián é uma sereia

Fonte: LOVE, Jessica. Julián é uma sereia. São Paulo: Boitatá, 2021.

De outro lado, quando refletimos sobre o lugar da velhice e da pessoa idosa na nossa sociedade, nos deparamos com a produção de um sentimento de desprezo pela ideia de ser velhe ou de envelhecer. Fernando Pocahy (2019) nos fala de uma sociedade idosofóbica, que cultua padrões hegemônicos de juventude permanente, ou seja, uma juventude branca, cisgênera e heterossexual. Uma sociedade que, desde as discussões sobre as infâncias, invisibiliza quaisquer existências dissidentes da norma. Velhices, infâncias e juventudes negras, indígenas, com deficiência, pobres, LGBTI+ não são retratadas e, quando o são, vêm carregadas de estereótipos e preconceitos.

Infâncias, velhices, juventudes não são categorias naturais, todas elas são culturalmente produzidas, plurais e heterogêneas, como já foi dito. No contexto das sociedades ocidentais, a idade cronológica atua como um dos elementos definidores das identidades e lugares sociais ocupados pelos sujeitos. Como aponta Guita Debert (1998, p.15) “Elas [as idades] são um mecanismo básico de atribuição de status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria) etc.”. Os dados demográficos

brasileiros têm apontado para um envelhecimento maior da população, ou seja, têm apontado para o aumento da longevidade, decorrente de fatores como diminuição da mortalidade infantil, diminuição das taxas de fecundidade, dentre outros; essas transformações anunciam uma mudança no perfil da população que, segundo as pesquisas, em 2030, terá mais pessoas idosas do que crianças de até 14 anos (DOLL, RAMOS e BUAES, 2015).

A maior longevidade da população traz, portanto, novas demandas no âmbito das políticas públicas de saúde, trabalho, assistência e educação. Refletir sobre o que aprendemos e/ou ensinamos sobre envelhecimento, sobre quais imagens e saberes são produzidos pelos artefatos culturais como o cinema, as propagandas, o currículo, os livros infantis é o desafio que tomamos como nosso ao longo do presente escrito.

Ao analisarem 24 livros de literatura endereçados ao público infantil, as pesquisadoras Adriana Freitas e Carla Sousa (2023) destacam alguns dos estereótipos mais recorrentes; nas histórias analisadas os avós aparecem, em sua maioria, representados de maneira universal - com idade mais avançada, o que pode ser notado pelas imagens/personagens com seus cabelos brancos, peles mais enrugadas, uso de bengalas, dentre outros. Outro ponto destacado pelas autoras é o fato da experiência da avosidade ser vivenciada no ambiente doméstico, os avós aparecem em suas casas e/ou casas das netas, desempenhando um papel de cuidadores. Acrescenta-se a isso a diferença dos papéis de gênero que destinam homens e mulheres a diferentes funções; assim como em outras fases da vida, a velhice das mulheres está bastante restrita à esfera doméstica, elas são retratadas cuidando da casa, bordando, costurando, fazendo bolos, enquanto os homens aparecem frequentemente nos espaços externos (RAMOS, 2015).

O estudo realizado por Anne Carolina Ramos (2015) sobre as representações da velhice e da avosidade na literatura infantil acrescenta a esse debate a intersecção entre gênero e geração. Nas obras analisadas pela pesquisadora a participação das mulheres idosas avós em um circuito de economia do cuidado foi predominante. Sobre esse tema, a recente pesquisa

realizada em fevereiro de 2020 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC/SP⁵ demonstrou que cerca de 38% das pessoas idosas entrevistadas disseram ser responsáveis pelo cuidado dos netos, seja em tempo parcial, integral ou em até mesmo eventualmente.

O diálogo com essas pesquisas nos ajudam a entender que, se a idade cronológica se configura como elemento definidor de lugares e identidades sociais, ele não é o único. As pessoas envelhecem de maneiras distintas, já que são atravessadas por eixos de divisão social que são definidores dos modos de envelhecer de cada uma e, até mesmo, do direito de envelhecer de cada pessoa. Olhar para esse quadro pelas lentes da interseccionalidade nos permite compreender que nem todas as pessoas têm direito a uma velhice digna e, sobretudo, longa. A velhice de pessoas negras e de pessoas trans, por exemplo, se constitui atravessada por desigualdades que cruzam as demais fases da vida tais como baixa escolaridade, diferentes acessos à sistemas de saúde, condições de habitação, empregabilidade, cultura etc.

Os eixos de divisão social raça, gênero, sexualidades, geração, capacidade, *status* social, classe, localidade, etc. não se manifestam como entidades distintas e excludentes, mas como categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificada, como apontam Patrícia Hill Collins e Sirma Birge (2021). Dessa maneira, a aposta na constituição de identidades (inter)geracionais interseccionais (DOLL, RAMOS, BUAES, 2015) aparece como um desafio e uma aposta para o campo da educação. Para Doll, Ramos e Buaes (2015, p.11) “O trabalho educativo pode desconstruir o estereótipo da velhice como algo necessariamente vinculado à fragilidade, à pobreza, à vulnerabilidade, produzindo novas imagens e novos saberes em relação aos velhos”.

Nas histórias de Jéssica Love, as personagens Julián, Marissol, Vózita, as sereias, as noivas e até mesmo as personagens mais secundárias demonstram o

⁵ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/idosos-no-brasil-vivencias-desafios-e-expectativas-na-terceira-idade/>

quão disruptivo pode ser o convívio social de diferentes gerações. Se, em grande parte das histórias infantis que abordam essa temática, “[...] a pessoa idosa está quase sempre associada ao lugar de avó, pertencendo a uma família e a um regime de inteligibilidade heterocisracializado” (NUNES, POCAHY, 2023, p.13), é possível dizermos que as narrativas de Love quebram essa normativa. Embora ainda retrate a personagem idosa no papel de avó, Vózita se distancia bastante das personagens das histórias analisadas pelas pesquisadoras mencionadas anteriormente, aqui temos a velhice como um grupo social que exerce seu direito à cidade, às amizades, o convívio com as dissidências de gêneros e sexualidades, que celebra o afeto e, sobretudo, reconhece o direito e autonomia das infâncias em cena.

CUIDAR DO MUNDO: UMA TAREFA SEM FIM...

Como a política, a economia, a educação e a saúde, a arte também se soma como responsável pela tarefa sem fim de cuidar do mundo. Como nos lembra Renata Carvalho: “[...] os ouvidos das crianças têm que expulsar os malditos dos adultos” (CORPO SUA AUTOBIOGRAFIA, 2020). É nosso compromisso auxiliar nesses rituais de expulsões. Nossos planos de ensino, as ‘disciplinas’/encontros de aprendizagens que fazemos, o modo como nos relacionamos com nossas parceiras de trabalho, com us estudantes, devem ser pensados com cuidado. Estamos atentas ao modelo de espaço educativo que estamos defendendo, e esse é espaço sem cancelas e vigias para as vivências e pensamentos dissidentes.

Os “[...] modos de sentir produzidos pelo sistema sexo-gênero - o medo, a discriminação, a violência” (PRECIADO, 2019, n.p), a doutrinação dos corpos, balançam frente a quaisquer possibilidades de manifestações ou performances dissidentes. Por isso é simbólico rasgar, urinar, queimar a arte. Por isso proibir, banir, censurar. A arte, através da imaginação, tece seu fio de conexão com nossos planos de sensibilidade e nos auxilia a questionar esses modos cotidianos e habituais de viver, de sentir. É por meio da fantasia, da imaginação e da sensibilidade que temos nos mobilizado frente aos ataques cotidianos, àqueles

diretamente ligados ao poder político ou os que vêm a partir de uma pressão social em defesa da norma. Pensamos que, talvez, a aparente vulnerabilidade a qual nos lançamos quando somos atravessados por episódios de censuras/ataques, em alguma medida, nos faz ‘livres’. Livres porque, enquanto sujeitos vulneráveis, nós podemos fracassar, podemos não responder aos comandos do sistema da diferença sexual, podemos não ser aquilo que querem que sejamos. Nós, us sujeitos, us educadoris dissidentes, fracassamos frente às normas. E esse fracasso, como sugere Jack Halberstam (2020, p.15) “[...] remete a uma ética para aqueles que não optaram pelo sucesso ou não conseguem estar no lugar dos bem-sucedidos, no centro do poder”.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. *Protesto: provocações teóricas a partir dos feminismos*. *Polis*, Santiago, v. 21, n. 61, p. 128-153, 2022. Disponível em https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682022000100128&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 14 jun. 2023.

BILÓ, Gabriela; OLIVEIRA, Thaísa. *Fotos da Folha indicam possível pichadora do ‘perdeu, mané’ na estátua da justiça do STF*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jan. 2023, Política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/fotos-indicam-possivel-pichadora-do-perdeu-mane-na-estatua-da-justica-do-stf.shtml>. Acesso em 20 mar. 2024.

BURMAN, Erica. *Criança como método como um recurso para interrogar crises, antagonismos e agências*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. especial, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/71743>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRITZMAN, Deborah P. ¿Existe una pedagogía cuir? O, no leas tan hétero. In: VVAA, *Pedagogías Transgresoras II*. Santa Fe: Bocavulvaria Ediciones. 2018, p. 7-38.

CAMAZANO, Priscila. *Entenda os ataques do 8 de janeiro e seus desdobramentos*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml>. Acesso 21 fev. 2024.

CORPO SUA AUTOBIOGRAFIA. Direção: Cibele Appes e Renata Carvalho. (41m 17). 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nEx6s7b4a9U>. Acesso: 10 fev. 2024.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G. G. (org.). *Antropologia e Envelhecimento*. Textos Didáticos n.13, Campinas, IFCH/ UNICAMP, 1998, p.7-27.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne C.; BUAES, Caroline S. *Apresentação: Educação e envelhecimento*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-15, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623652407>. Acesso em 27 fev. 2024.

FREITAS, Adriana V. S.; SOUSA, Carla. *20 obras com a temática do envelhecimento e da velhice para serem usadas em práticas de biblioterapia e mediação de leitura literária*. *Revista ACB*. Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1919>. Acesso em: 27 fev. 2024.

KOBABE, Maia. Jovens queer precisam de histórias queer. *Revista Quatro Cinco Um*. 01 out. 2022. Disponível em: <https://quatrocinco.um.com.br/artigos/identidades/jovens-queer-precisam-de-historias-queer/>. Acesso em 24 mar. 2024.

LIEBEL, Manfred. Colonialismo y la colonización de la infancia. In _____. *Infancias dignas, o cómo descolonizarse*. Editorial El Colectivo: Buenos Aires, Bajo Tierra Ediciones: México, 2019.

LOVE, Jessica. *Julián é uma sereia*. Trad. Bruna Beber. São Paulo: Boitatá, 2021.

LOVE, Jessica. *Julián no casamento*. Trad. Daniela Gutfreund. São Paulo: Boitatá, 2023.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Trad. Bhuvli Libanio. Recife: Cepe, 2020.

MELO, Eduardo R. *Direito e norma no campo da sexualidade na infância e na adolescência*. *Cadernos de Subjetividade*, n. 12, p. 98-107, 2010.

MOLINERO, Bruno. *Estamos encurralados pela censura à literatura infantil, diz escritora colombiana*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mai. 2023, Era outra vez.

MORUZZI, Andrea.; ABRAMOWICZ, Anete. *Pode a criança falar? Sobre feminismos subalternos, infâncias e educação infantil*. *Revista Teias*, v. 24, n. especial, p. 71-82, 2023.

NUNES, Beatriz Bloise Pereira; POCAHY, Fernando Altair. *Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo*. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0119, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/198472462420230119>

OLIVEIRA, Érika C. S. *Histórias para descolonizar o pensamento*. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29163117>. Acesso em: 15 mar. 2024.

OLIVEIRA, Érika C. S.; ROCHA, Késia dos A. Análise de discursos neoconservadores provocados a partir do lançamento da obra *A princesa e a costureira*. In: MATTIOLI, Olga C.; ARAÚJO, Maria de Fátima (Orgs). *Gênero, violência e psicologia: um percurso pelas políticas públicas*. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Érika C. S.; ROCHA, Késia dos A. *Infância é coisa, coisa? Proteger as infâncias para a manutenção do cisheteropatriarcado*. *Revista Mosaico*, v. 16, p. 118-132, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/mos.v16i3.12592>. Acesso em: 20 mar. 2024.

O GLOBO. *Flórida estende ao ensino médio proibição de discussões sobre questões de gênero e orientação sexual*. 19 abr. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/florida-estende-ate-o-ensino-medio-proibicao-de-discussoes-sobre-questoes-de-genero-e-orientacao-sexual.ghtml>. Acesso em 20 mar. 2024.

Por que livros ainda são censurados. Entrevistada: Sandra Reimão. Entrevistadoras/es: Magê Flores, Gabriela Mayer e Gustavo Simon. 2 de fev. 2024. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2ONFDulbPgQov3zaY6fJIA?go=1&sp_cid=a7ad7d72988679faaaf5e2a93f256cab&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1&dlsi=3f8767bee4044cd9. Acesso em: 24 mar. 2024.

POCAHY, Fernando A. Gênero, sexualidade e envelhecimento: miradas pós-críticas em educação. In: PAIVA, J. (Org.). *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, p. 189-203.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. Entrevista. [12 abr. 2019]. Entrevistador: Canal Betevé. Entrevista a Paul B. Preciado: “Soy um dissidente del sistema sexo-gênero. *YouTube*. (18:12). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aa-RiOuYiE4>. Acesso: 20 fev. 2024.

PRECIADO, Paul. B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul. B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Tradução: Sara Wagner York. Revisão da Tradução: Carolina Torres. *Revista A Palavra Solta*. 2020b. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>. Acesso em: 07 jun. 2021.

PRECIADO, Paul B. *Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RAMOS, Anne Carolina. *Os avós na literatura infantil: perspectivas gerontológica e educacionais*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 191-225, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623645343>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ROCHA, Késia A. *ManiFesta por uma Educação sem Juízo: ativismos das dissidências sexuais e de gêneros, censuras e educação*. 215p. Tese, Doutorado em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18091>. Acesso em: 10 mar. 2024.

REIMÃO, S.; NERY, J. E.; MAUÉS, F. *Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro 2019-2020*. *Literatura e Autoritarismo*, [S. l.], n. 40, p. 5-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/66347>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SANGLARD, F.N.; ORLANDINI, M.G.; OLIVEIRA, B.S. *Censura à arte como sintoma do autoritarismo brasileiro*. *Latin American Research Review*, n. 59, p. 160-184, 2024.

YARZA, C. *La sobre-infantilización de la infancia: un problema para todos*. *Revista Teias*, v. 19, n. 52, p. 150-157, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/30534>. Acesso em 23 mar. 2024.

Aceito em: 31/03/2024
Recebido em: 01/04/2024
Publicado em: 30/08/2024